

Iniciativa para gerir lotação nos presídios é lançada no Maranhão

25/07/2022

A parceria entre o Conselho Nacional de Justiça e o Maranhão para desenvolver um projeto que regulará definitivamente a superlotação nos presídios foi consolidada nessa segunda-feira (18/7). Em solenidade em São Luís, o CNJ, o Tribunal de Justiça do Maranhão, o governo do estado e a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (Esmam) assinaram termo de cooperação técnica para a criação da primeira Central de Regulação de Vagas no sistema prisional do país.

Antonio Cruz / ABr



Antonio Cruz / ABr Iniciativa inédita para gerir lotação nos presídios é lançada no Maranhão

A Central de Regulação de Vagas é uma metodologia desenvolvida pelo CNJ desde 2019 e que parte de experiências bem sucedidas no Brasil e no exterior. A proposta reúne um conjunto de ferramentas para garantir uma atuação integrada do Judiciário e do Executivo nos casos que envolvem fluxos de pessoas encarceradas.

O coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, Luís Lanfredi, afirmou que essa é uma forma emancipatória de enfrentar as mazelas do sistema prisional para superar os graves problemas reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal ao constatar o estado de coisas inconstitucional sobre as prisões do Brasil.

“Com a Central de Regulação de Vagas, estamos falando de medidas estruturantes, que podem efetivamente devolver qualidade aos serviços penais, interferindo na cultura do Sistema de Justiça e trazendo mais racionalidade ao sistema prisional deste país”, pontuou Lanfredi.

O presidente do TJ-MA, o desembargador Paulo Velten Pereira, destacou o pioneirismo do Maranhão nessa ação, “fruto do esforço de várias instituições comprometidas com a solução da questão prisional”. Para Velten, esse é um passo decisivo para a melhoria dos serviços de Justiça.

“Agora, os magistrados vão poder atuar também pensando e colocando sobre a mesa a gestão das vagas sob sua responsabilidade, sempre em parceria com o Poder Executivo. O papel do juiz não acaba quando ele põe alguém na cadeia. A Justiça precisa acompanhar como esse processo se realiza e se executa dentro das prisões”, disse.

O corregedor-geral do TJ-MA, o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, destacou a união das instituições para a superação das questões de superlotação. Para ele, o Maranhão “sempre foi um local em que os projetos do CNJ encontram apoio, por conta das facilidades interinstitucionais de que dispomos para construir essas ações, com a participação da Defensoria, Ministério Público, OAB e a sociedade civil organizada.”



Sinergia

Para o secretário estadual de Administração Penitenciária, Murilo Andrade, o sistema prisional do Maranhão conta com algumas das melhores práticas em prisões no Brasil. Ele atribui esse sucesso à sinergia em que trabalharam diversas instituições.

A explicação do objetivo da Central de Regulação de Vagas é simples, segundo detalhou o supervisor da Unidade de Monitoramento e Fiscalização (UMF) do TJ-MA, desembargador Ronaldo Maciel. “Se não podemos colocar dois alunos ocupando uma mesma cadeira de uma escola, não podemos ter dois presos sobrepostos para uma mesma vaga.”

O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Hóldice Barros, contou que, durante sua participação em diversos mutirões carcerários ao longo da carreira, percebeu ser necessária uma política duradoura. Para ele, a Central é um exemplo concreto dessa política.

Ele falou ainda da necessidade de o sistema incorporar o conhecimento e a experiência dos juízes, promotores e defensores, pois só assim alcançará uma configuração viável e em condições de proporcionar a satisfação de todos os interesses envolvidos.

Citando documentos do CNJ, o presidente da Associação Nacional dos Desembargadores (Andes), desembargador Marcelo Buhatem, explicou que o Brasil tem mais de 800 mil pessoas em privação de liberdade, ao custo mensal médio de R\$ 1,8 mil por pessoa presa. Isso totaliza R\$ 15 bilhões ao ano, o que, de acordo com Buhatem, equivale a duas vezes o investimento federal em educação básica.

O desembargador também questionou os tipos de crime que efetivamente chegam ao Judiciário e afirmou que apenas 8% dos homicídios no país viram inquérito policial, sendo que somente 2% destes chegam efetivamente à Justiça para serem julgados.

A metodologia da Central de Regulação de Vagas foi elaborada pelo CNJ com apoio técnico do programa Fazendo Justiça, desenvolvido desde 2019 em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública para incidir em desafios no campo de privação de liberdade. O programa também apoia tratativas técnicas para a implementação do projeto, que está em negociação pelo CNJ em outras unidades da federação. *Com informações da assessoria de imprensa do CNJ.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-jul-25/iniciativa-gerir-lotacao-presidios-lancada-maranhao/>